

ENTREVISTA

João Paulo Garrido Pimenta, historiador

Elizabeth Sousa Abrantes¹

 <https://orcid.org/0000-0002-4087-0057>

Yuri Givago Alhadeff Sampaio Mateus²

 <https://orcid.org/0000-0001-8913-3966>

João Paulo Peixoto Costa³

 <https://orcid.org/0000-0001-6767-4104>

Entrevista com o historiador João Paulo Garrido Pimenta, professor, historiador e Bolsista de Produtividade do CNPq 2. O entrevistado é doutor em História Social pela Universidade de São Paulo (USP). Desde de 2004 é professor do Departamento de História da USP. Foi professor Visitante do Colegio de México, da Universitat Jaume I, na Espanha, da PUC-Chile, da Universidad Andina Simón Bolívar, no Equador e da Universidad de la Republica, no Uruguai. Vice-coordenador do LAB-Mundi/USP (Laboratório de Estudos sobre o Brasil e o Sistema Mundial), instituição vinculada à Global History Network, da Harvard University, e pesquisador do grupo Iberconceptos III, ligado à Universidad del País Vasco.

João Paulo Garrido Pimenta colabora há décadas, consideravelmente, para o campo acadêmico com temas relacionados a Independência do Brasil; Independência da América espanhola; América portuguesa, séculos XVIII e XIX; Império do Brasil; questão nacional e identidades políticas; história do tempo histórico. É de sua autoria a obra *Estado e Nação no Fim dos Impérios Ibéricos no Prata 1808-1828*, publicada pela editora Hucitec, em 2002, e mais recente lançou pela editora Contexto o livro *Independência do Brasil*, com uma linguagem acessível a todos os públicos.

1 Doutora em História pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Professora Associada do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA). E-mail: bethabrantess@yahoo.com.br.

2 Doutor em História pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Professor da Faculdade Laboro (São Luís-MA). E-mail: yuri_alhadeff@hotmail.com.

3 Doutor em História pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Professor do Instituto Federal do Piauí, do Programa de Pós-Graduação em História e do Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Sociedade e Cultura da Universidade Estadual do Piauí (UESPI). E-mail: ioao.beixoto@ifpi.edu.br.

No âmbito desta publicação, as questões propostas pelos entrevistadores serão designadas como RBC (Revista Brasileira do Caribe). Agradecemos a colaboração do prof. Dr. João Paulo Garrido Pimenta neste Dossiê sobre as Independências nas Américas.

RBC - Como surgiu seu interesse pelo estudo do processo de Independência do Brasil como objeto de pesquisa?

Meu interesse pelo tema surgiu de uma reflexão ampla, fomentada e dirigida pelo meu mestre István Jancsó, acerca da questão nacional no Brasil, bem como das relações entre realidades nacionais e coloniais que, forçosamente, implicam em pensar o Brasil como parte de uma realidade americana mais ampla, na qual distintas formas de colonização condicionaram, parcialmente, distintas formas de Estados e nações. Não obstante a América de colonização ibérica ter se constituído em um enorme laboratório de criação de novas formas de pertencimento coletivo ainda na primeira metade do século XIX, ela foi muito pouco, quase nada tratada pela literatura clássica acerca da questão nacional, desde sempre voltada sobretudo para realidades europeias e, em menor escala e mais recentemente, também asiáticas e africanas. A Independência do Brasil, portanto, começou a me interessar como um conjunto de vetores capazes de configurar uma realidade nacional nova em forte conexão com outros vetores de conservação, em uma dialética que até hoje fascina e confunde muitos observadores do fenômeno. E como um fenômeno necessariamente iberoamericano, a Independência começou a ser por mim analisada por meio de um espaço específico, ainda que abrangente: o Rio da Prata e a presença lusoamericana – logo brasileira – naquela região. Portanto, se bem entenda perfeitamente a antiga e ainda reiterada crítica a enfoques da Independência excessivamente limitados a determinadas regiões do Brasil, estou em uma posição confortável para afirmar que, a rigor, o “dentro” e o “fora”, bem como esta ou aquela “parte” da Independência, nunca fizeram pleno sentido. O processo foi um emaranhado dinâmico de lugares – assim como de tempos e de dimensões da realidade – a ensejar totalidades provisórias. Jamais uma única totalidade, mas várias.

RBC - Quais as principais mudanças ocorridas nas últimas décadas nas interpretações historiográficas da Independência do Brasil?

O conhecimento histórico possui uma dimensão parcialmente acumulativa, embora nem todos os seus praticantes pareçam dispostos a problematizar essa importante questão. Um grande tema de estudos – grande não no sentido de ser “maior” ou mais nobilitador do que outros, apenas no de ser capaz, por sua própria natureza, de articular outros temas – está sempre sujeito a revisões e mudanças de interpretação, mas isso não significa que tais mudanças criem uma historiografia melhor do que anteriores, ou de que por meio delas o conhecimento do tema em questão esteja progredindo. Significa apenas que o tema

recebe novos olhares naturalmente decorrentes da dimensão parcialmente acumulativa que o constitui, bem como se articula a novas demandas do tempo presente que, também naturalmente, o colocam naquela dimensão de “história sempre contemporânea” que nos remete à célebre assertiva de Croce. O que tem mudado na historiografia da Independência, nos últimos anos? O acúmulo, cada vez maior, de conhecimentos específicos acerca de seus espaços, dimensões e tempos, nem sempre devidamente apreciados pelos ditames de um presente altamente seletivo em suas preocupações, bem como cada vez mais acelerado em suas condições de análise e pesquisa. Sem dúvida existem tendências na historiografia da Independência atuais e muito valiosas: o estudo focado em certos atores sociais, a articulação entre alguns espaços e dimensões menos conhecidos do que outros, a valorização de aspectos linguísticos e conceituais do processo políticos, a articulação desse processo a fenômenos fundamentalmente econômicos e culturais... Mas eu diria que a característica mais central das mais recentes interpretações historiográficas acerca da Independência se enuncia como um verdadeiro paradoxo: a crescente dificuldade dessa historiografia em lidar, de modo criterioso e rigoroso, com ela mesma, com a crescente massa de estudos que ela gera, mas que é cada vez menos apreciada pelos estudiosos da matéria.

RBC - Quais os significados da interpretação da Independência do Brasil como um movimento revolucionário?

Como em qualquer ciência social, o emprego de categorias de análise em História depende de uma articulação entre empiria e teoria, na qual uma dê significado à outra. No Brasil, a palavra revolução possui uma rica e multifacetada trajetória, que remonta ao século XVIII colonial e chega aos dias atuais, envolvendo desde usos analíticos sofisticados até simples disputas verbais cotidianas. Revolução pode ser algo bom, ruim ou neutro; uma grande transformação abrupta ou processual, um esforço de manutenção de valores antigos; pode ser algo de gente rica e poderosa, de pobres e oprimidos, uma utopia ou distopia de futuro. Em meio a todas essas e outras possibilidades, a palavra conhece uma tendência – vejam bem, eu disse tendência – a uma interdição: é que segundo um modo de ver as coisas, o Brasil seria um país inacabado, preso a um passado que lhe fecharia as portas para o futuro. Ele seria uma realidade em permanente construção – ou destruição. Essa imagem do Brasil, que se expressou e ainda se expressa em diferentes versões e com matizes que não é possível aqui explorar, é refratária à ideia de revolução, ao menos no sentido mais convencional do termo, e que se refere a profundas alterações no status quo vigente. O Brasil não seria, assim, um ambiente propício a revoluções. Ocorre, porém, que a Independência, um processo violento, em muitos sentidos disruptivo, e fortemente conectado a outros processos mundiais admitidamente revolucionários, criou as condições mais essenciais para o surgimento de um Estado, de uma nação e de uma identidade nacional até então inexistentes, e

– com variações – até hoje existentes. Minha argumentação dos atributos revolucionários da Independência – não totalmente inovadores e fortemente tributários de autores e autoras anteriores a mim – segue por esse caminho.

RBC - Como você avalia as comemorações do Bicentenário da Independência do Brasil, com suas apropriações e disputas de narrativas em um contexto marcado por conservadorismo e negacionismo?

Muitos respeitáveis colegas consideraram o Bicentenário de 2022 um verdadeiro desastre, lugubrememente marcado pela ação empoderada de forças políticas e sociais das mais retrógradas e tenebrosas que já se manifestaram em toda a nossa história. Não discordo inteiramente dessa avaliação. Porém, vi no Bicentenário também um outro lado: um ambiente de ampliação do interesse social pelo conhecimento histórico, e que abriu espaços e mobilizou uma atuação pública e engajada de historiadores e historiadoras em uma escala até então inédita. Visto desse ponto de vista, o Bicentenário foi rico em oportunidades de afirmação da importância do ofício do historiador não apenas para - se me é permitida a recorrência a uma fórmula banal, mas não de todo impertinente – a construção de um mundo melhor, mas também para a interação do historiador com uma cultura de história que, em nosso país, mas também em muitos outros, nem sempre é capaz de chamar nossa devida atenção. Muitos brasileiros se interessam, sim, pela História. Nem sempre, porém, esse interesse se manifesta dos modos por nós esperado ou desejado. Espero que, no futuro, os historiadores e historiadoras que se dedicarem a estudar o Bicentenário – já há estudos disponíveis a respeito – não o reduzam às comemorações governamentais, e considerem as muitas e múltiplas ações que o tipificaram.

RBC - Como explicar a aparente falta de interesse da sociedade pelo tema da Independência e a maneira como se relaciona com a limitada cidadania brasileira?

A pergunta já é uma meia-resposta: essa falta de interesse é aparente. Ou melhor, relativa. Sempre houve, e continua a haver, contingentes significativos de brasileiros interessados por História, embora tal interesse se manifeste de maneiras, em ocasiões e por motivos dos mais diversificados. É necessário evitar as armadilhas de percepção decorrentes da generalização excessiva e estéril de que o brasileiro, por natureza, não se interessa pelo passado. Um diagnóstico apurado desse interesse, que deve dar conta de situações cambiantes o tempo todo, mas que acabam por convergir em interesses dignos de nota, pode ser uma poderosa ferramenta de intervenção social por parte do historiador, seja como pesquisador, divulgador, professor, profissional de patrimônio, museus, casas de cultura etc. Dito isto, eu devolveria a pergunta: a cidadania brasileira é mesmo limitada, ou tal afirmação padece das mesmas debilidades que aquela que assinaléi acima, da suposta incompletude da realidade

histórica em nosso país? O que seria uma cidadania, pelo contrário, plena? Não quero relativizar excessivamente a questão, ignorando determinados déficits de cidadania que podem, sim, ser mensuráveis, desde que tenhamos em mente um projeto de nação, um ponto a que queremos chegar como coletividade. Apenas desconfio de uma relação direta entre os parciais desinteresses do brasileiro pela história – postura, aliás, não exclusiva, sequer típica, do brasileiro – e essa suposta limitação de uma cidadania que, como em qualquer parte do mundo, em nosso país pode ser considerada como um ideal em permanente construção.

RBC - Como você avalia o ensino de história em relação ao tema da Independência política do Brasil?

O ensino de história da Independência padece dos mesmos problemas que o ensino de história no Brasil em geral. Nesse ponto, porém, gostaria de apontar, como forma de valorizar, em perspectiva bastante realista, os numerosos, duradouros e altamente meritórios esforços de nossa classe docente como um todo, que tem tornado o ensino de história da Independência cada vez mais crítico, complexo e conectado com elaborações acadêmicas e especializadas. É um tremendo lugar-comum a ideia de que, no Brasil, o ensino des-ensina, que a escola é um lugar ultrapassado e estéril, e que o professor é um mero reproduzidor de mitos a serem supostamente desconstruídos pelos especialistas – com a ajuda da imprensa, dos meios de comunicação e das redes sociais. Não acredito que as coisas sejam assim.

RBC - Como você avalia as novas abordagens do processo de Independência do Brasil que priorizam o protagonismo dos setores considerados subalternos da sociedade?

Essa é uma daquelas tendências às quais me referi preliminarmente algumas linhas acima, e que tem pautado uma parte importante da historiografia da Independência nesse contexto do Bicentenário. Certamente ela ainda se mostrará forte por algum tempo. No entanto, gostaria de destacar uma aparente obviedade: muitas vezes as mais pujantes renovações historiográficas não incidem sobre objetos ou enfoques, mas sobre teorias e métodos capazes de reavaliar conhecimentos anteriormente estabelecidos, mas de alguma maneira excessivamente limitados. Parte das abordagens atuais acerca desses setores considerados subalternos da sociedade é, sim, poderosa e bem-vinda, com novos dados empíricos, novas fontes e arcabouços teórico-metodológicos capazes de reavaliar o estereótipo de que tais setores simplesmente não atuaram na independência, e ponto. Porém, outra parte dessas mesmas abordagens continua a insistir em supostos protagonismos individuais, em heróis e heroínas, em mitos tomados passivamente como verdades históricas, em exageros, distorções e anacronismos de todo tipo, e que são úteis apenas como documentos de uma era de poucos cuidados na projeção de valores do presente para o passado, jamais como interpre-

tações capazes de nos explicar o que foi a Independência, seus antecedentes, resultados e atualismos.

RBC - Qual o seu balanço sobre o crescimento da produção historiográfica dos estudos das diferentes realidades regionais no contexto da Independência? E quais as suas perspectivas em relação aos estudos das (In)dependências das Américas?

Entendo que as renovações historiográficas acerca da Independência assentadas na diversificação de espaços trazem consigo as mesmas potências e debilidades que aquelas pautadas na diversificação de atores sociais. É mais ou menos natural que os cortes espaciais da pesquisa histórica brasileira – e não somente daquela voltada à Independência – estejam relacionados às localizações das universidades que fomentam tal pesquisa, assim como à disponibilidade e acessibilidade a fontes primárias, arquivos e outros centros de documentação. É assim em todo lugar do mundo. O que não significa que essa seja uma situação desejável ou insuperável. Frequentemente, a diversificação dos fatores espaciais envolvidos em uma pesquisa é extremamente benéfico à sua capacidade de inovação. Assim, pode ser altamente recomendável que um pesquisador do Maranhão estude a Independência no sul do país, que um do Pará estude a Bahia, ou que um do Rio de Janeiro estude São Paulo, Mato Grosso ou Pernambuco, por exemplo. De todas essas combinações possíveis e imagináveis, a única recomendação que faria a um jovem e iniciante pesquisador interessado no tema é que sempre, sempre, conceba seu objeto em uma perspectiva ampla, e que, a despeito de seus recortes específicos, necessários a qualquer pesquisa acadêmica, não deixe de pensar tal objeto como possuindo, de alguma maneira, espaços, tempos e dimensões múltiplas, para além daquelas recortadas. Isso forçosamente insere a Independência do Brasil em uma perspectiva americana, europeia, mas também africana e, em menor medida, até mesmo asiática. A Independência foi, não há dúvidas quanto a isso, um processo de abrangência mundial. Ainda que tal abrangência não diga respeito a um único e estanque mundo, mas a vários e dinâmicos mundos que estavam em construção na primeira metade do século XIX.